

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ÉVORA 2024-2027



logframe





## Índice

<b>Preâmbulo</b> .....	4
<b>1. Nota introdutória</b> .....	6
<b>2. Rede Social do Concelho de Évora</b> .....	8
<b>3. Processo metodológico</b> .....	10
<b>4. Síntese diagnóstica</b> .....	12
<b>4.1. Fixação da População</b> .....	13
<b>4.2. Crianças e Jovens</b> .....	19
<b>4.3. Saúde</b> .....	24
<b>4.4. Reforço e Capacitação do 3º Setor</b> .....	28
<b>5. O Plano Desenvolvimento Social do Concelho de Évora (2024-2027)</b> .....	31
<b>5.1. Eixos estratégicos de intervenção social</b> .....	36
<b>5.2. Matrizes de planeamento</b> .....	43
<b>5.3. Oportunidades e desafios à implementação do PDS</b> .....	55
<b>6. Implementação e Avaliação do PDS</b> .....	56
<b>6.1. Implementação do PDS do Concelho de Évora</b> .....	56
<b>6.2. Avaliação do PDS do Concelho de Évora</b> .....	59
<b>7. Referências Bibliográficas e sites consultados</b> .....	62

## Preâmbulo

A revisão do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) foi caracterizada por amplo processo de participação que contou com os contributos de inúmeros parceiros integrados no Conselho Local de Ação Social, sem os quais o PDS seria certamente mais pobre. Por esse motivo, é justo endereçar um especial agradecimento aos parceiros, à equipa municipal e à assessoria externa pelo excelente trabalho desenvolvido.

Este é um plano especial porque responde de forma sistemática ao desafio da transversalidade e da integração de domínios que habitualmente escapam ao olhar social, designadamente no âmbito da mobilidade, das alterações climáticas, do desenvolvimento económico e do trabalho, da cultura e do desporto, fundamentais para conectar a vida das pessoas aos diversos pontos que dão sentido à sua existência na comunidade.

Foram definidos 4 eixos estratégicos de intervenção que estão estruturados em torno de objetivos de grande alcance – fixação da população; reforço e capacitação do 3º sector – e de categorias centrais – crianças e jovens; saúde – refletindo as prioridades identificadas no Diagnóstico Social.

Estes objetivos e categorias não são alheios ao contexto que estamos a atravessar, marcado pelo aumento da inflação dos preços, variação preocupante das taxas de juro com impactos significativos no poder de compra das famílias, persistência de altos níveis de pobreza. Estas fragilidades têm expressão de maior risco nos grupos sociais mais vulneráveis, designadamente as crianças e jovens, idosos isolados, famílias monoparentais. Mas, também, na vida sobrecarregada a que hoje é difícil escapar, cujos focos de pressão e exigências têm consequências nefastas para a qualidade de vida. Um contexto em que, do ponto de vista demográfico, se observa a manutenção do envelhecimento populacional que poderá vir a ser contrariado pela recente onda de imigração, cujos impactos socioeconómicos podem ser muito positivos caso sejam assegurados mecanismos de integração assente na compreensão, na empatia e no respeito pelas diferenças.

O novo ciclo inaugurado pelo PDS 2024-27 coincide com um conjunto alargado de desafios que se colocam a Évora e ao Alentejo.

Se, por um lado, estão a ser realizados relevantes investimentos no Alentejo como a entrada em funcionamento de um novo Hospital Central do Alentejo (e a hipótese de inaugurarmos o ensino da medicina no Alentejo) e a ligação ferroviária entre o Porto de Sines e a Europa com passagem por Évora, por outro lado, o concelho de Évora atravessa um momento único de afirmação em termos de planeamento e investimentos.

Em primeiro lugar, ao nível do ordenamento do território com a revisão do Plano de Urbanização de Évora e a afirmação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora, cujo potencial de transformação territorial é significativo, com impactos no desenvolvimento socioeconómico e da qualidade de vida.

Mas importa também fazer referência ao Plano Municipal de Juventude, Plano de Adaptação às Alterações Climáticas e ao Plano Local de Habitação, enquanto estratégias de fixação de população e de incremento das condições de atratividade do concelho, para as quais são complementares os investimentos em curso no turismo, agroindústria, aeródromo, requalificação de escolas, expansão dos parques industriais, ampliação do Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia e a intensa dinâmica empresarial que tem permitido a criação de milhares de postos de trabalho no concelho.

Por fim, o reforço da centralidade regional de Évora não fica completo sem a afirmação da cultura como vetor estratégico de desenvolvimento, aqui representado na prestigante oportunidade de Évora ter sido designada Capital Europeia de Cultura em 2027. A caminhada até 2027 será dada de mãos dadas com este PDS, cuja execução se espera tão transformadora como o momento único que estamos a viver.

## 1. Nota introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Évora é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos produtos elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, encontra-se previsto que através do Programa Rede Social se *“fomente a solidariedade social, se otimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”*, preferencialmente *“sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas”*.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) vem assim contribuir para o incremento do número de projetos locais, o que apenas é possível mediante a congregação e gestão eficiente dos próprios recursos e capacidades das organizações que intervêm no concelho. Os projetos locais constituem-se como uma resposta que irá, potencialmente, contribuir para a resolução ou atenuação dos problemas sociais, identificados previamente no Diagnóstico Social, permitindo o enquadramento de todas as intervenções a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento social.

O Plano para além de ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, é, ele próprio, um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

A definição do quadro estratégico do concelho de Évora para 2024-2027, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;
- Dar continuidade e incrementar a relação de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

O presente documento encontra-se organizado em 5 capítulos. O primeiro capítulo permite uma caracterização sumária da Rede Social, sua constituição e objetivos. O segundo capítulo centra-se no processo metodológico realizado para a construção do PDS. O terceiro capítulo aborda, de uma forma resumida, os problemas e necessidades identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social de Évora e os quais foram a base da construção do presente Plano de Desenvolvimento Social. O quarto capítulo explora os eixos estratégicos e as suas respetivas medidas e, por último, o quinto capítulo é reservado para a implementação e avaliação do Plano.

## 2. Rede Social do Concelho de Évora

A Rede Social do Concelho de Évora encontra-se materializada através do Conselho Local de Ação Social, atualmente composto por 120 Entidades ou Organismos do setor público, IPSS, ONG's, Associações, Cooperativas e Juntas de Freguesia. É, atualmente, presidido pelo Sr. Vereador Alexandre Varela e tem como principais competências:

- Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social;
- Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e do respetivo plano de ação anual;
- Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo ISS, IP;
- Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas Comissões Sociais de Freguesia, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLAS;
- Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo Núcleo Executivo;
- Realizar ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais.

Para uma mais fácil e ágil operacionalização das suas competências, existe um núcleo executivo, que tem como finalidade garantir a execução das medidas necessárias para a implementação do modelo de intervenção da Rede Social e fomentar a dinâmica do Conselho Local de Ação Social, que é composto por:

- Instituto de Segurança Social;
- Câmara Municipal de Évora;
- Administração Regional de Saúde;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Universidade de Évora;
- Habévora, Empresa Municipal;
- Santa Casa da Misericórdia de Évora.

O Conselho Local de Ação Social de Évora (CLASE) foi constituído em 1997, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 197 de 18 de novembro de 1997 e de acordo com as alterações introduzidas quer pela Declaração de Retificação nº 10-0/98, quer pelo Decreto-Lei 115/2006 de 14 de junho. Évora foi um dos 40 concelhos piloto do Programa de Implementação da Rede Social em Portugal.

### 3. Processo metodológico

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Évora, surge em sequência da elaboração do Diagnóstico Social de Évora 2022, sendo ambos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.

Para além destes dois documentos de planeamento estratégico da intervenção e desenvolvimento, nomeadamente ao nível social, do concelho de Évora, importa ainda salientar outros Planos e programas municipais já existentes e que aqui se procuraram integrar, sempre que tal se avaliou como oportuno e coerente.



Tal como preconizado no Programa da Rede Social, o presente PDS desenvolve-se a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo assim como base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção local definidas nesse documento.

Nesta linha, a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Évora foi concebida e executada, à semelhança da metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar entre si – as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social e a informação que consta em planos de incidência territorial (nacional, regional e concelhia).

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Évora, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os atores que intervêm no âmbito social, que melhor se identificam as necessidades e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se equacionam as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foram desenvolvidos *workshops* presenciais de planeamento de âmbito concelhio e temático, abordando sobretudo as áreas prioritárias definidas em sede de Diagnóstico Social (Fixação da População, Crianças e Jovens, Saúde e Reforço e Capacitação do 3º setor).

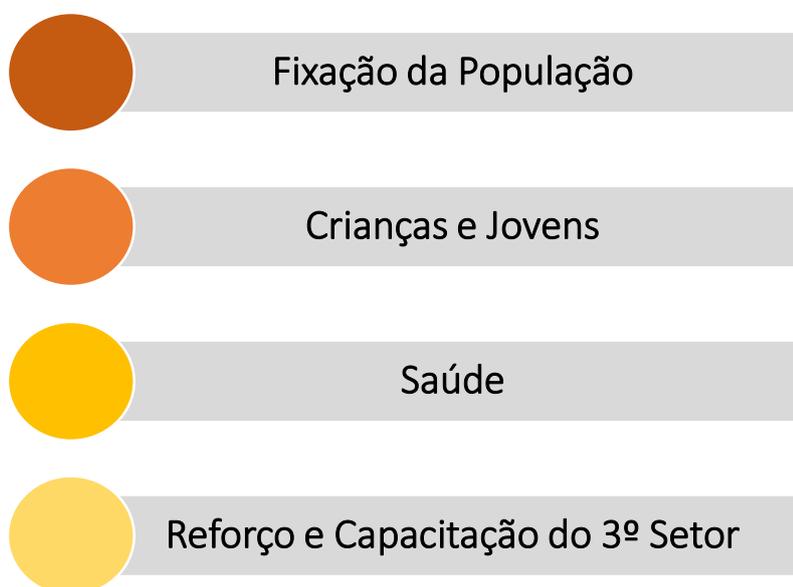


Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no DS como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ ações prioritárias. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido enumerado para cada objetivo e/ou ação prioritária os recursos e as entidades envolvidas para a sua execução, bem como a forma de os alcançar (estratégias). A dimensão de monitorização e avaliação também se encontra contemplada através da definição dos indicadores de realização para cada medida / ação prioritária.

## 4. Síntese diagnóstica

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Évora, cujo documento foi aprovado em novembro de 2022, permitiu uma maior e melhor compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, problemas prioritários e suas causalidades, mas também permitiu identificar recursos e potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento.

Nesta síntese diagnóstica iremos apresentar para cada área prioritária identificada no Diagnóstico Social, uma breve contextualização, onde constam os dados de caracterização atualizados, e um resumo dos principais problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais.



## 4.1. Fixação da População

A fixação da população surge como um eixo aglutinador de várias preocupações levantadas em Diagnóstico Social do concelho de Évora. Este eixo espelha, assim, um desafio transversal deste território. Um território que, como outros, principalmente no interior do país, vive com o desafio da atratividade e do aproveitamento das suas potencialidades endógenas, para lutar contra um iminente risco de envelhecimento e desertificação.

Excluindo aqui os fatores naturais, relembremos os principais fatores humanos que foram percecionados pelos parceiros do CLASE como aqueles que podem tornar o seu território mais atrativo, por ordem de importância /prioridade para o mesmo:

1. O acesso à habitação;
2. A atividade económica e dinâmica do mercado de trabalho;
3. A mobilidade de pessoas e bens e as acessibilidades;
4. A existência de equipamentos de apoio sociais e políticas de apoio às famílias, nomeadamente com respostas que facilitem a conciliação entre a vida profissional e familiar.

Com uma forte quebra da população a partir da década de 70 quer pela imigração, quer pela mobilidade da população para o litoral do país, o Alentejo tem vindo a perder população gradualmente.

Em 2021, em Évora, por cada 100 jovens existiam 178 idosos, um aumento de cerca de 42 idosos face a 2011. Já o número de nascimentos desce de 16,4 por 1.000 habitantes em 1981 para 7,9 nascimentos por 1.000 habitantes de 2021. Denota-se assim a um envelhecimento da população do território.



#### 4.1.1. Os fatores de Fixação – Habitação

Os/as parceiros/as do CLASE caracterizaram a problemática da habitação como um dos fatores determinantes para a dificuldade de fixação da população, uma vez que existe:

1. Degradação do parque habitacional;
2. Desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de habitação: mercado habitacional com valores muito elevados para compra e arrendamento;
3. Pouca oferta de habitação social, a custos controlados e/ou arrendamento acessível face às necessidades;
4. Necessidade de oferta de habitação, nas zonas rurais;
5. Dificuldade no acesso a respostas sociais e respostas residenciais a custos apoiados;
6. Investimento das famílias superior às suas possibilidades, para garantir o acesso a habitação;
7. Falta de habitações/alojamento para estudantes.

O concelho de Évora tem em implementação o seu Plano Local de Habitação, que se consubstancia na Estratégia Local de Habitação de Évora 2020/2026. Acredita-se que a sua implementação, irá permitir que muitos dos problemas levantados em sede de CLASE sejam mitigados.

A própria autarquia reconhece que na década de 2001 a 2011 a política de habitação no concelho assentou na construção de alojamentos em detrimento da reabilitação de edificado. Ou seja, investiu-se numa política de habitação própria em detrimento do mercado de arrendamento e valorização do edificado existente, levando a um aumento dos alojamentos vagos e a uma degradação do parque habitacional existente.

Em 2021, Évora tem uma percentagem de proprietários e coproprietários que se situa nos 64,9% (valor mais baixo da sua região e abaixo da média nacional de 70%). Uma situação que se pode explicar pelo elevado custo da habitação no concelho. Em sentido contrário segue o mercado de arrendamento, em que o número de inquilinos/as de Évora representam 35,1%, quando a média nacional é de cerca de 30%. Em 2021, as rendas tinham um valor médio por m<sup>2</sup> de 5,46€. Quando comparamos este dado com o ganho médio das/os residentes do concelho de Évora, que é de

1.122€, este valor de rendas representa, em média (se considerarmos um valor médio de 300€ para um rendimento de 1.122€), cerca de 26,7% do rendimento dos indivíduos.

Para combater estas necessidades identificadas quer de condições de habitabilidade, quer de carências habitacionais a custos acessíveis, a autarquia desenvolve o seu Plano em 3 eixos:

1. Garantir o acesso à habitação adequada para todos;
2. Defender uma política de habitação inserida na estratégia de reabilitação do edificado e arrendamento urbano (apoiado, condicionado e acessível);
3. Consolidar a política de habitação e reabilitação do edificado na estratégia de reabilitação urbana integrada como fator estruturante de coesão social no concelho de Évora.

#### 4.1.2. Fatores de fixação - Mercado de trabalho

Évora representa um importante polo de dinamização económica da região do Alentejo Central, concentrando 41% do volume de negócios e 64% das exportações distritais. Dados do IEFP indicam que só 3% da população residente no concelho, com idades entre os 15 e os 64 anos, está inscrita no Centro de Emprego (1.232 inscritas/os).

O problema apontado pelo CLASE, que impede a fixação da população, é a desarticulação entre a oferta e a procura, verificando-se um desajustamento entre a qualificação da mão-de-obra e as necessidades do mercado de trabalho.

O desafio passa pela adequação entre a oferta formativa do concelho e a oferta de emprego do mercado de trabalho (em que a indústria aeronáutica representa um importante empregador), através da indispensável transferência de conhecimento entre o ensino e o tecido empresarial e pelo constante investimento na atualização de conhecimento e formação dos seus ativos.

Évora tem uma significativa oferta académica superior e profissional, com 5 estabelecimentos com ensino profissional, 2 com ensino artístico e 2 estabelecimentos de ensino superior. Estes últimos, no ano de 2021/2022 tinham 159 ofertas formativas disponíveis.

O desafio de fixação da população no concelho de Évora passa, certamente, pela fixação dos jovens universitários que Évora acolhe. Ter estabelecimentos de ensino superior no concelho é um fator muito positivo para a atração de população jovem, mas o desafio é passar da atração para a fixação desta mesma população.

### 4.1.3. Fatores de Fixação – Acessibilidades e Mobilidade

As acessibilidades são um fator chave para contrariar o isolamento dos territórios e permitir a circulação de pessoas e mercadorias. Os avanços tecnológicos, a par das acessibilidades, permitem hoje uma maior competitividade dos territórios, o lugar e o tempo ganharam outra relevância quando a tecnologia nos permite trabalhar de qualquer lugar. Os lugares tornaram-se assim espaços competitivos.

Dentro desta área, os parceiros do CLASE apontam como problemas:

1. Falta de sensibilização para este tema, nomeadamente no acesso a serviços públicos;
2. Falta de acessibilidades adequadas a pessoas com deficiência física;
3. Falta de uma rede de transportes públicos eficaz (com problemas ao nível dos trajetos e horários).

Dentro do Alentejo Central, Évora encontra-se numa situação geográfica privilegiada, pois é atravessado por pelo eixo Lisboa/Madrid, estando a 135 km de Lisboa e 506 Km de Madrid. O facto de ser sede de distrito também faz deste concelho em lugar de centralidade social e económica. Contudo os atores locais destacam a dificuldade de mobilidade dentro do próprio concelho, nomeadamente se optarem pelos transportes públicos.

Nesta área, o concelho de Évora conta com o *Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora*. Um Plano que se apresenta como a 3.ª geração na intervenção nas dinâmicas de mobilidade, na medida em que se pretende um “planeamento para a qualidade de vida da cidade.”

Os desafios do concelho nesta área passam, sobretudo, por dois vetores: 1) a vivência no centro histórico, tornando-o inclusivo e acessível a todos; 2) a ligação entre a cidade e o espaço rural tornando a área rural como um continuo de centralidade da cidade.

No que respeita à vida na cidade, Évora, como cidade histórica, tem os desafios arquitetónicos inerentes à sua antiguidade, que importa hoje adaptar, permitindo que todas/os, independentemente das suas características, se possam apropriar da vida na cidade. Para além da realidade da cidade Évora tem ainda a necessidade de manter a ligação entre o rural e o urbano, para que todo o espaço do concelho seja um “espaço útil para viver” e que toda a sua população tenha um acesso mais igualitário aos vários serviços, independentemente da sua localização.

#### 4.1.4. Fatores de Fixação – Equipamentos sociais e políticas de apoio às famílias

A existência de equipamentos sociais e serviços vários, são fatores determinantes da qualidade de vida quotidiana das/os cidadãs/os e das famílias.

As/os parceiras/os do CLASE, nesta área, mostraram como principal preocupação a cobertura dos equipamentos sociais existentes em algumas áreas/problemáticas (idosos, dependências, deficiência, migrantes e sem abrigo), mas também a adequação das respostas sociais existentes face a problemáticas emergentes, como: violência doméstica, saúde mental e as problemáticas associadas ao período pandémico, que agora se fazem sentir e se tornaram prioridades de intervenção. Áreas em que as famílias vivenciam problemas complexos e que necessitam de respostas não padronizadas e talvez ainda não existentes. Respostas que satisfaçam as suas necessidades ao nível da conciliação da vida familiar e profissional, com horários adequados às exigências do mercado de trabalho e dos transportes existentes para estas famílias.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da fixação da população:

### Dificuldade de acesso a habitação

- Degradação do parque habitacional;
- Desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de habitação: mercado habitacional com valores muito elevados para compra e arrendamento;
- Pouca oferta de habitação social, a custos controlados e/ou arrendamento acessível face às necessidades;
- Escassez de oferta de habitação, nas zonas rurais;
- Dificuldade no acesso a respostas sociais, respostas residenciais a custos apoiados;
- Investimento das famílias superior às suas possibilidades;
- Falta de habitações/alojamento para estudantes.

### Dificuldade de conciliar a oferta e procura de emprego

- Desarticulação entre a oferta e a procura no emprego, verificando-se um desajustamento entre a qualificação da mão-de-obra e as necessidades do mercado de trabalho.

### Dificuldade na mobilidade e acessibilidades

- Falta de sensibilização para este tema, nomeadamente no acesso a serviços públicos;
- Falta de acessibilidades adequadas a pessoas com mobilidade reduzida;
- Falta de uma rede de transportes públicos eficaz (com problemas ao nível dos trajetos e horários).

### Dificuldade na cobertura de Equipamentos Sociais e Políticas de apoio às Famílias

- Equipamentos nas áreas de: idosos, dependências, deficiência, saúde mental, migrantes e sem abrigo;
- Políticas de apoio às famílias, principalmente na conciliação entre vida familiar e profissional.

## 4.2. Crianças e Jovens

Nas últimas décadas o número de crianças e jovens (até aos 14 anos de idade) tem diminuído no concelho de Évora, passando de 8.534 em 2001 para 7.084 em 2021.

Em 2021 a população mais jovem representava 13,22% da população residente no concelho. A diminuição populacional das crianças e jovens, em 2021, foi mais acentuada no sub-grupo 0-4 anos (-2,8), grupo esse que vinha registando variações positivas em 2018 e 2019.

O Índice de Dependência de Jovens tem diminuído gradualmente desde 2001. No ano 2021, residiam no concelho aproximadamente 21 pessoas com menos de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Os valores registados no concelho de Évora, ao nível do índice de dependência eram em 2001 e 2011 inferiores aos registados a nível nacional, tendo-se invertido essa tendência em 2021, em que Évora apresenta uma taxa de dependência de Jovens de 21,3 e a nível nacional regista-se uma taxa de 20,5.

No decorrer do processo de planeamento em curso, o município de Évora fez aprovar em maio de 2023, em Conselho Municipal de Educação a Carta Educativa do Concelho de Évora (2023-2033). Esse trabalho permitiu sistematizar um conjunto de respostas, medidas protetoras das crianças e jovens e ofertas educativas, que aqui apresentamos como atualização e complemento à informação de Diagnóstico Social na área da Educação.

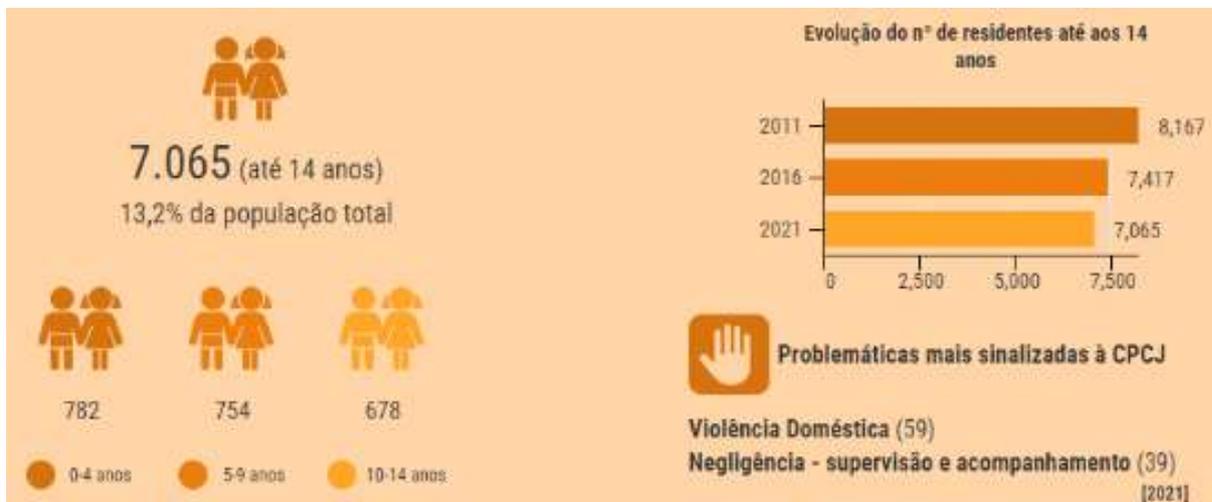
- Existem no município 39 estabelecimentos de educação pré-escolar e creche, sendo 15 da rede pública, 18 da rede solidária e 6 da rede privada, verificando-se a existência do programa de Atividades de Animação e Apoio à Infância, que permite o acesso, em todos os estabelecimentos, de serviço de refeição e de prolongamento de horário, medidas estas de apoio à infância e às famílias, ao nível da compatibilização da esfera pessoal e profissional;
- No que concerne ao ensino básico, no município existem 23 estabelecimentos de 1.º ciclo do ensino básico, sendo 22 da rede pública e 1 da rede privada. Há a oferta do programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), com uma taxa de procura na média de 98%, que permite a ocupação das crianças em horário pós-letivo, com atividades que procuram contribuir para o desenvolvimento integral da criança, de forma complementar e articulada com os projetos educativos de cada Agrupamento;
- No que se refere ao 2º e 3ºs ciclos, existem no município 5 estabelecimentos de 2.º ciclo do ensino básico (4 da rede pública e 1 da rede privada) e 8 estabelecimentos de 3.º ciclo

- do ensino básico (7 da rede pública e 1 da rede privada), com diversidade de oferta educativa (PIEF; CEF), que pretende corresponder às necessidades específicas dos alunos.
- Oferta de Percursos Curriculares Alternativos (PCA) em dois Agrupamentos do concelho para alunos com dificuldades de aprendizagem, insucesso escolar, risco de exclusão social e/ou abandono escolar;
  - No que ao ensino secundário diz respeito, funcionam 5 estabelecimentos com ensino secundário, sendo 4 da rede pública, incluindo a oferta do IEF e 1 da rede privada, existindo uma oferta que contempla todas as áreas de cursos via ensino e uma vasta escolha de cursos profissionais, que procuram responder aos interesses e competências de um significativo leque de alunos (no ano letivo 2021/2022, 213 alunos concluíram cursos profissionais), pretendendo em simultâneo corresponder às necessidades do mercado laboral;
  - Regista-se uma taxa de transição/conclusão geral de estudos que tem vindo a crescer ao longo dos anos letivos, situando-se nos 95,4% no ano letivo 2021/2022, quando em 2010/2011 a taxa era de 86,3%. Por seu turno, a taxa de retenção e desistência tem vindo a fazer o percurso inverso: 3,6% no ano letivo 2021/2022, quando em 2010/2011 se situava nos 13,7%;
  - Relativamente a medidas e projetos pedagógicos inovadores e práticas educacionais diferenciadas, constata-se em curso nos Agrupamentos várias respostas, como serviços de psicologia e orientação; co-docência, co-adjuvação, salas de estudo, tutorias, constituição de grupos de homogeneidade relativa, apoio pedagógico e ao estudo, acompanhamento extraordinário, respostas que pretendem apoiar o sucesso pleno dos alunos;
  - Para todo o ensino básico e secundário existe uma rede de transportes escolares facilitadora da mobilidade entre casa e escola, com baixos tempos de espera;
  - Verifica-se a oferta de Atividades de Tempos Livres por parte do município, para crianças em idade de frequência da EPE e até ao 3º ciclo, medida de apoio às famílias que contribui para a ocupação saudável dos tempos de pausa letiva. O pagamento respeita a situação socioeconómica da família. Há um ano, o município avançou com um projeto piloto que pretende ser uma resposta, a famílias com filhos, ou educandos, com alterações acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem (crianças com Necessidades Educativas, ao abrigo do art.10º - Medidas Adicionais do Decreto-Lei 54/2018 da Educação Inclusiva), promovendo a sua inclusão nos programas de ATL em curso;

- Existe uma crescente aposta na educação não formal no concelho, que se concretiza numa oferta variada de atividades, promovidas pela Autarquia e por instituições sociais, desportivas e culturais. O município dinamiza o Projeto Educativo Local, identificando, nas áreas da Cidadania, Ciência e Ambiente, Património e Cultura e Saúde e Desporto, mais de 50 ofertas de atividades, que são dinamizadas maioritariamente através de três equipamentos municipais de referência: o Núcleo Museológico do Alto de S. Bento, o Centro Interpretativo da Cidade de Évora e a Ludoteca. Nos Agrupamentos há igualmente oferta nesta área que pretende incidir na formação integral dos alunos, como são exemplos representativos os Clubes de Ciência, de Fotografia, de Voluntariado, as Academias Ubuntu, entre outros projetos regionais, nacionais e internacionais.

No que concerne às crianças em risco ou em perigo, os dados que constam no Diagnóstico Social permitem observar uma diminuição do número de processos instaurados na CPCJ de Évora em 2020 e 2021, anos que quebram um ciclo de crescimento de processos instaurados entre 2017 e 2019. Para esse fato em muito pode ter contribuído os períodos de confinamento, afastando as crianças da escola a qual é um dos veículos de deteção e denuncia.

Em 2020, a grande maioria dos processos refere-se a crianças e jovens entre os 6 e os 10 anos, destacando-se situações sinalizadas devido a violência doméstica.



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Évora, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito das Crianças e Jovens:

#### 4.2.1. Acesso a respostas adequadas

Os atores sociais consideram que as respostas de **ocupação de tempos livres**, nomeadamente para as crianças a partir do 2º ciclo, são deficitárias, não existindo um acesso universal ou facilitado às mesmas, bem como as que existem são em número insuficiente e associadas a custos elevados para as famílias, quando a oferta é privada.

Esta perceção é transversal a todo o território, sendo ainda de maior preocupação para as crianças e jovens deficientes e/ou com necessidades educativas especiais, uma vez que, sem apoio deste tipo de respostas existe uma efetiva sobrecarga dos cuidadores informais e/ou constitui um desinvestimento ao saudável desenvolvimento e acompanhamento a estas crianças e jovens.

A escassez de estruturas e atividades de ocupação de tempos livres, face à procura, aliada à indisponibilidade que algumas famílias têm em acompanhar os seus filhos, gera uma perceção de que estes incorram com maior probabilidade em **comportamentos de risco**.

#### 4.2.2. Aumento do número de crianças e jovens em risco e/ou perigo

O número de sinalizações de crianças e jovens à CPCJ de Évora, apesar de ter diminuído nos últimos 2 anos, é um dos aspetos que preocupa os atores locais, uma vez que ainda que sem a abertura de processo, existe uma perceção de que as crianças e jovens em perigo no território tem aumentado. A diminuição número de sinalizações nestes anos é associada à situação pandémica, levando a crer que a tendência crescente de sinalizações ocorrida entre 2017 e 2019 se iria manter não fosse esse fator externo.

Os atores locais atribuem o aumento de situações sinalizadas por **exposição a violência doméstica**, a **dependências/ consumos** e à existência de situações de **doença mental**. As situações de **negligência**, na perceção dos atores sociais, parecem estar associadas a questões relacionadas com as **dinâmicas familiares**, a **doença mental** e à **vulnerabilidade social e económica** das famílias. As situações de **absentismo escolar** também preocupam os atores sociais.

## Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área das Crianças e Jovens:

### Acesso a respostas sociais adequadas

- Insuficiência de resposta social para crianças e jovens a partir do 2º ciclo, ao nível de ocupação de tempos livres
- Aumento do potencial de comportamentos de risco em crianças e jovens.

### Aumento do n.º de sinalizações de crianças e jovens em perigo

- Exposição a situações de violência doméstica
- Situações de negligência associadas a vulnerabilidade familiar, social e económica das famílias

### 4.3. Saúde

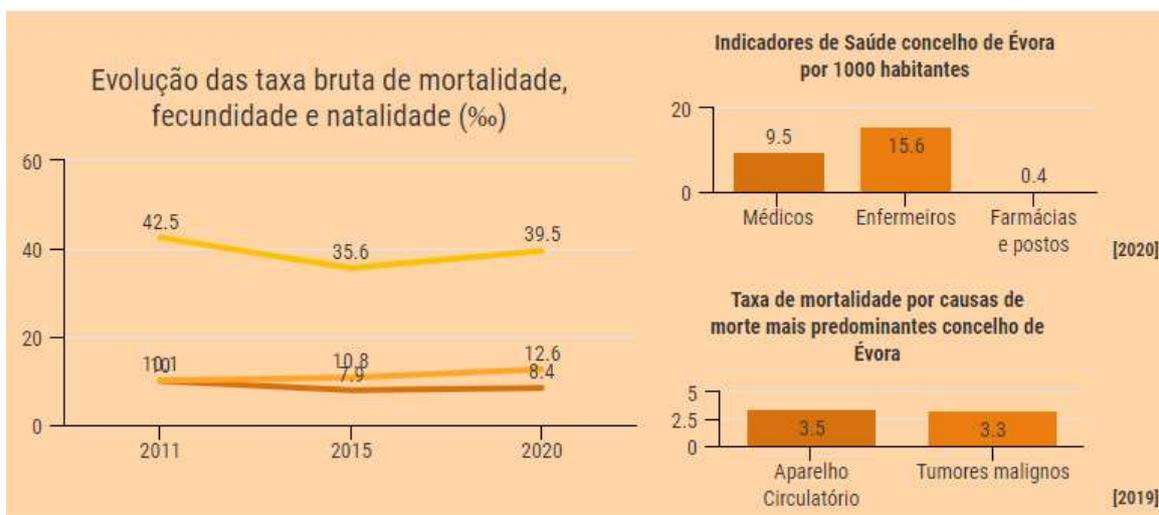
Em 2023, verifica-se que 33,99% dos utentes inscritos na UCSP Évora não tem médico de família atribuído, ainda que, de acordo com os dados da Pordata, em 2022, Évora tivesse 106 habitantes por médico, um valor melhor que o registado a nível nacional onde a média é de 172,9 habitantes por médico.

De acordo com os indicadores de saúde disponíveis por município, verifica-se que em 2021 foram registados 426 nados-vivos no território, número esse que tem vindo a diminuir, em 1981 registava-se quase o dobro dos nados-vivos (846). Ao nível dos óbitos registados, estes foram 696 em 2021, valor superior ao registado em 2020 (661) e 2019 (673). As principais causas de morte na Aces Alentejo Central são: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório, à semelhança do que se regista a nível nacional. As duas primeiras causas têm no Alentejo valores superiores aos valores nacionais. Évora também apresenta valores superiores aos nacionais nestas causas de morte, mas mais baixos que os valores regionais.

Ao nível da Saúde Mental, e apesar dos escassos dados disponíveis, verifica-se que a Região do Alentejo, em 2018, apresentava uma proporção de 13,4% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência, entre as/os utentes inscritos ativos em cuidados de saúde primários, estas perturbações têm vindo a aumentar na região desde 2011. A proporção de utentes que registaram patologias de perturbações de ansiedade e demência, era de 8,8%, nesse mesmo ano, o valor mais elevado registado a nível nacional. No triénio 2012-2014, a taxa de mortalidade padronizada na população com idade inferior a 75 anos onde a causa de morte foram os suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, foi de 16,7‰ valor superior ao registado na ARS Alentejo (15,2‰) e no território nacional (13,7‰).

Analisando mais concretamente o concelho de Évora, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, um maior número de pessoas com demência, associado ao gradual envelhecimento da população no concelho, bem como as dependências como o alcoolismo.

Um dos fatores que pode contribuir para a crescente identificação de problemas de saúde mental, é o consumo de substâncias lícitas e ilícitas e as dependências decorrentes destes mesmos consumos. Em 2019, 13% da população do Alentejo com mais de 15 anos, inscrita nos centros de saúde, tinha um consumo diário de álcool.



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Évora de 2022, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da saúde:

#### 4.3.1 Falta de respostas ao nível da Saúde Mental

Os atores sociais identificaram que face ao número de pessoas com perturbações, as **respostas locais são insuficientes, não tendo capacidade efetiva e adequada de resposta**, quer ao nível dos recursos humanos, quer ao nível de respostas estruturais. São apontadas a falta de capacidade das estruturas de saúde existentes, para assegurar com a regularidade necessária, as situações de doença mental, bem como a insuficiência de respostas comunitárias que proporcionem um acompanhamento regular e estruturado. Este aspeto leva a uma **sobrecarga de cuidadores informais**, bem como a integração em **respostas sociais pouco adequadas** face às patologias, mas que são as que existem com capacidade de integração para algumas destas pessoas.

É identificada ainda a existência de cuidadores (formais e informais) que deveriam beneficiar de **formação e aquisição de conhecimento específico ao nível da saúde mental**, o que facilitaria a gestão do cuidado. Para isso, medidas como a constituição e reforço de redes de apoio, formação especializada e respostas de apoio aos cuidadores informais, são algumas das sugestões identificadas pelos atores locais. Ainda ao nível do apoio a cuidadores informais destaca-se a insuficiência de respostas que permitam o **descanso do cuidador** e apoio em alguns períodos do dia.

#### 4.3.2. Aumento dos comportamentos aditivos e dependências

Os consumos e dependências é outro aspeto salientado pelos atores sociais, relacionando o aumento destes comportamentos com aspetos como o desemprego, a iliteracia em saúde, situações de vulnerabilidade e carência económica, bem como o fácil acesso a estas substâncias lícitas e ilícitas e a banalização do seu consumo.

O investimento em **programas de prevenção e literacia em saúde** à comunidade, e nomeadamente no meio escolar, são apontadas como necessidades locais, sendo já no Plano Local de Saúde do Alentejo Central, identificada a necessidade de reforçar ações de promoção da literacia em saúde, dirigidas à população jovem, de forma articulada e integrada entre instituições da comunidade, da educação e da saúde.

#### 4.3.3. Insuficiente capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários

É ainda identificada a **insuficiente capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários**, quer pelos atores locais, bem como pelo próprio ACES Alentejo Central, que no seu Plano Local de Saúde tinha já identificado “haver algumas manifestações de barreiras indiretas ao acesso, que se traduzem num maior consumo de serviços de urgência, em episódios com menor gravidade”. Neste domínio é destacado pelos atores locais que este problema decorre principalmente por três motivos: Insuficiente capacidade de resposta dos serviços primários face às necessidades da população; Incapacidade, de parte da população, em se mobilizar autonomamente, seja pela sua idade, dificuldades motoras, ou porque não tem suporte familiar ou social; constrangimentos ainda devido à pandemia.

De uma forma transversal, é ainda identificada a necessidade de uma abordagem integrada ao nível da saúde, nomeadamente através da realização de **programas de educação para a saúde, programas de prevenção e de promoção de um estilo de vida saudável**, já que fatores potenciadores da doença mental como isolamento, envelhecimento da população, consumo de estupefacientes, vulnerabilidade económica e outros, estão presentes no território, podendo estes programas atuar na prevenção, desmistificação e proximidade dos cuidados de saúde com a população.

## Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Saúde:

### Insuficiência de respostas ao nível da saúde mental

- Insuficiência de respostas sociais para pessoas com doença mental face às necessidades locais
- Funcionamento e serviços prestados desadequados face às necessidades
- Sobrecarga e desconhecimento técnico dos cuidadores

### Aumento dos comportamentos aditivos e dependências

- Aumento de fatores potenciadores de consumos /dependências
- Promoção de programas de prevenção e literacia em saúde

### Insuficiente capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários

- Acentuados por constrangimentos provocados pela pandemia
- Por uma insuficiente e inadaptada rede de transportes e rede viária fragilizada
- Por população específica sem rede de suporte ou familiar ou com dificuldades de mobilidade

#### 4.4 Reforço e Capacitação do 3º Setor

Face aos problemas sociais cada vez mais complexos que a sociedade ocidental hoje enfrenta, sentidos a nível global, mas refletidos ao nível local, as/os parceiras/os do CLASE, enquanto atores sociais no terreno, mostraram preocupação com abrangência e capacidade de adaptação da sua atuação. Apontando, nesta área as seguintes problemáticas:

1. Áreas a descoberto sem resposta social – nomeadamente a imigração e saúde mental, respostas na área da emergência social/família e comunidade, designadamente Centro de Alojamento Temporário;
2. Áreas com respostas aquém das necessidades reais – nomeadamente falta de ERPIS da rede pública e solidária (Estruturas Residenciais para Idosos), Lares Residenciais para pessoas com deficiência, Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Casa de Acolhimento Residencial;
3. Capacitação de entidades sem técnicas/os especializados face a novas problemáticas (decorrentes da pandemia e não só);
4. Necessidade de aprofundar o trabalho em rede/colaboração;
5. Sustentabilidade das instituições, que coloca em causa a sua autonomia para se adaptarem aos problemas.

Na área da infância e juventude, as creches e jardins de infância registados na Carta Social (consultada em agosto de 2022) apresentam taxas de ocupação entre os 82% e os 88%. Existem respostas de ocupação de tempos livres para crianças até aos 12 anos, com uma ocupação a rondar os 89%, no entanto é na adolescência que estes equipamentos são insuficientes e onde parecem ser tão necessários para o devido acompanhamento dos jovens nesta faixa etária.

O crescente volume processual na CPCJ de Évora deixa antever a necessidade de respostas a nível de jovens em risco e de acompanhamento das famílias. Évora tem, como vemos, respostas ao nível do aconselhamento parental. Mas também aqui vimos que o volume processual crescente se situava muito ao nível da adolescência, para a qual será necessário criar respostas mais adequadas, quer à idade, quer às problemáticas identificadas.

Na área da deficiência, ao nível dos equipamentos para crianças e jovens, destaca-se que a resposta de intervenção precoce existente estava, em agosto de 2022, com taxa de ocupação de 100%. Mas

as respostas sociais na área das pessoas adultas com deficiência também foram apontadas pelas/os parceiras/os do CLASE como limitadas face às necessidades sentidas. A análise da Carta Social mostra-nos que existem respostas estruturadas ao nível do concelho, mas que estão com a sua capacidade lotada ou muito próximo da sua lotação. Esta é assim, uma área, que necessita de aumentar a sua capacidade de resposta.

Na área dos idosos, os dados da Carta Social, relativos às taxas de ocupação de ERPI's e Centros de Dia mostram que as estruturas existentes têm capacidade de resposta, contudo podem não ser as mais adequadas para as necessidades da população com mais de 65 anos, face às alterações sociais existentes e as patologias crescentes que se verificam, por exemplo ao nível da neurológico.

No que respeita às respostas para população com problemáticas específicas, o apoio alimentar é a resposta mais abrangente, para a população com carências económicas. Mas a resposta às reais necessidades da população passa por projetos e apoios mais diferenciados e mais próximos de problemáticas mais específicas da população como: apoio à população migrante e minorias étnicas, respostas para a população em situação de sem abrigo e para as crescentes situações de violência doméstica e saúde mental.



Pela grande dimensão do CLASE percebe-se que Évora tem em si o principal recurso para dar resposta a estes desafios: os parceiros de diversas áreas. Importa capacitar e reforçar a sua atuação de forma a torná-la mais eficiente e de impacto.

## Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área do reforço e Capacitação do 3.º Setor:

### Deficiente cobertura de respostas e equipamentos sociais

- Áreas a descoberto sem resposta social – nomeadamente a imigração e saúde mental;
- Áreas com respostas aquém das necessidades reais – nomeadamente falta de ERPIS da rede pública e solidária (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas), Lares Residenciais para pessoas com deficiência, Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Casa de Acolhimento Residencial.

### Necessidade de reforço e capacitação, instituições e técnicos

- Capacitação de entidades sem técnicas/os especializados face a novas problemáticas (decorrentes da pandemia e não só);
- Necessidade de aprofundar o trabalho em rede/colaboração;
- Sustentabilidade das instituições, que coloca em causa a sua autonomia para se adaptarem aos problemas.

## 5. O Plano Desenvolvimento Social do Concelho de Évora (2024-2027)

O Plano Desenvolvimento Social do concelho de Évora foi elaborado através dos contributos dos atores locais, que mediante uma abordagem participativa apontaram linhas estratégicas, bem como medidas e ações que, a curto, médio e longo prazo irão contribuir para a resolução e/ou mitigação dos problemas identificados como prioritários de intervenção social no concelho.

É importante destacar que as linhas estratégicas e as suas medidas se encontram enquadradas nas políticas locais, bem como nas estratégicas definidas a nível nacional e regional para as áreas em questão. Este enquadramento com as orientações estratégicas existentes confere ao presente Plano a coerência e concertação da sua ação, a nível local, regional e nacional.

Para a construção do PDS foram tidos em consideração os seguintes documentos estratégicos nacionais:

Área	Documento	Operacionalização
<b>Comunidade cigana</b>	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022	Define um conjunto de medidas enquadradas em 8 objetivos estratégicos que irão contribuir para uma melhor integração das comunidades ciganas. A nível local tem enquadramento a elaboração do Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas (modelo em fase de definição).
<b>Migrantes</b>	Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	Estratégia transversal assente em 5 eixos prioritários. Destaque para o Eixo 1 – Políticas de integração de imigrantes, que integra a definição de estratégias locais (Plano Municipal para a Integração de Migrantes) e implementação de ferramentas de apoio às políticas locais (Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade).
<b>Infância e Juventude</b>	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Encontra-se organizada em 5 pilares: "Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens"; "Apoiar as famílias e a parentalidade"; "Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens"; "Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens" e "Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens".
<b>Deficiência</b>	Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, Publicada a RCM de 31 de agosto de 2021	Encontra-se estruturada em 8 Eixos Estratégicos. A nível local têm enquadramento medidas como "Municípios com selo de território inclusivo", "soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não institucionalização e de promoção da autonomia", "criação de Gabinetes Municipais para a Inclusão".

Área	Documento	Operacionalização
<b>Pessoas em situação de sem-abrigo</b>	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo	A Estratégia assenta em 3 Eixos Estratégicos que visam a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação e o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo. A nível local tem enquadramento a concretização de um Plano Municipal para a Pessoas em Situação de Sem Abrigo.
<b>Família</b>	Recomendação Rec (2006) 19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva	Conjunto de recomendações que visam o reconhecimento da natureza essencial das famílias e do papel parental, bem como a necessidade de se criarem as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança.
<b>Pobreza</b>	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, Publicada a 29/12/2021	Em outubro de 2020 foi criada a Comissão de Coordenação para a elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Esta Estratégia será fundamental para o enquadramento de medidas locais que possam mitigar as desigualdades e garantir as condições de vida dignas para toda a população.
<b>Igualdade e não discriminação</b>	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)	Traduz-se em 3 Planos de Ação (com medidas e metas concretas): Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. A nível local têm enquadramento projetos que promovam a integração da perspectiva da igualdade entre Mulheres e Homens
<b>Habitação</b>	Art. 65º da Constituição da República Portuguesa	Contempla a habitação como direito fundamental, que o Estado deverá assegurar através de "uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social" e do estímulo da "construção privada, com subordinação aos interesses gerais".
	Lei de Bases da Habitação, em vigor desde 2019	Define que: "Todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde".
	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS)	Definem o "acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível" como meta para 2030.
<b>Saúde</b>	Plano Nacional de Saúde (revisão e extensão a 2020)	O PNS tem como metas a redução da mortalidade prematura ( $\leq 70$ anos), o aumento da esperança de vida saudável aos 65 anos, a redução da prevalência do consumo de tabaco na população com $\geq 15$ anos de idade e o controlo da incidência e prevalência de excesso de peso e obesidade na população infantil e escolar. Encontra-se estruturado em torno de quatro Eixos Estratégicos, dos quais resulta um conjunto de

Área	Documento	Operacionalização
		orientações estratégicas: a) Cidadania em Saúde; b) Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; c) Qualidade em Saúde e d) Políticas Saudáveis.
	Programa Nacional para a Saúde Mental	<p>É um dos Programas Prioritários da Direção Geral de Saúde, tendo como objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Monitorizar indicadores na área saúde Mental;</li> <li>2. Aumentar a acessibilidade das perturbações psiquiátricas comuns nos Cuidados de Saúde Primários;</li> <li>3. Aumentar a qualidade de tratamento das perturbações psiquiátricas nos Cuidados de Saúde Primários;</li> <li>4. Apoiar a implementação dos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental;</li> <li>5. Melhorar a qualidade da continuidade de cuidados, da reabilitação e da reintegração das pessoas com perturbações psiquiátricas, nomeadamente das mais graves e incapacitantes;</li> <li>6. Dinamizar a aplicação do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio;</li> <li>7. Desenvolver ações de prevenção da doença mental e promoção da saúde mental</li> </ol>
	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020	<p>Este Plano tem como objetivos gerais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências;</li> <li>2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no mercado;</li> <li>3. Garantir que a disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo;</li> <li>4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo;</li> <li>5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções</li> </ol>

Ao nível local é importante ter em conta na definição estratégica da intervenção, **planos e programais locais** já vigentes e que complementam e influenciam a área social, tais como:

Área	Documento	Operacionalização
<b>Mobilidade e Acessibilidades</b>	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora (2022)	Instrumento de atuação e sensibilização, que pretende fomentar a articulação entre as diferentes plataformas de deslocação e os diferentes modos de transporte. Pretende-se a implementação de um sistema integrado de mobilidade de uma forma racional, com o mínimo custo de investimento e de exploração. O Plano pretende ainda, racionalizar a utilização do transporte individual motorizado e, simultaneamente, garantir a adequada mobilidade das populações, promovendo a

Área	Documento	Operacionalização
		inclusão social, a competitividade, e, como âmago, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental.
Habitação	Estratégia Local de Habitação de Évora 2020/2026 Plano Local de Habitação de Évora (2020-2026)	Intervenção em 4 eixos estruturantes do Plano Local de habitação: Eixo 1 – Garantir acesso à habitação adequada a todos (...); Eixo 2 – Defender uma política de habitação inserida na estratégia de reabilitação do edificado e de arrendamento urbano; Eixo 3 – Consolidar a política de habitação e de reabilitação do edificado (...) Eixo 4 - Governança
Grupos vulneráveis	Plano para a Integração das Comunidades Ciganas de Évora (2019)	Plano com definição de objetivos estratégicos em 9 áreas de intervenção:  <ol style="list-style-type: none"> <li>1. habitação;</li> <li>2. mercado de trabalho;</li> <li>3. formação e capacitação;</li> <li>4. educação;</li> <li>5. saúde;</li> <li>6. solidariedade e resposta social;</li> <li>7. cidadania e participação cívica;</li> <li>8. sensibilização da opinião pública</li> <li>9. conhecimento da realidade local</li> </ol>
	Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação: Tecer Redes para a Igualdade (2021)	Orientações de intervenção e ações concretas em duas vertentes – interna e externa – no sentido da concretização progressiva de uma sociedade justa, inclusiva e igualitária, cuja promoção da igualdade e não discriminação entre todos os cidadãos se baseia numa atuação concertada entre a autarquia, entidades relevantes e a população.
Educação	Projeto Educativo Local (2021 - 2024)	O PEL tem como objetivos gerais:  <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rentabilizar as potencialidades educadoras da cidade (...);</li> <li>2. Contribuir para uma intervenção sustentada e informada no domínio da educação no concelho (...)</li> </ol> Tem como eixos de intervenção:  <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Évora Participativa;</li> <li>2. Évora Criativa;</li> <li>3. Évora Solidária</li> <li>4. Évora Sustentável</li> </ol>
	Carta Educativa do Concelho de Évora (2023-2033)	Aprovada em Conselho Municipal de Educação em maio de 2023. Ainda não está em vigor.
Infância e Juventude	Plano Municipal da Juventude (2021-2025)	Tendo por base os eixos de intervenção, já identificados na área da educação, foram identificados como objetivos gerais:  <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Évora Participativa:</b> Tornar os jovens, as suas formas de organização, movimentos e</li> </ol>

Área	Documento	Operacionalização
		<p>associações, através do reforço da democracia participativa, uma grande força motriz da ação política necessária à melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade. Nenhuma transformação relevante nas políticas juvenis se poderá fazer sem ouvir os jovens e incorporar as suas esperanças, inquietações, dificuldades e ideias;</p> <p>2. <b>Évora Criativa:</b> Incorporar a marca identitária de Évora e do Alentejo, e o potencial dos seus jovens, nos processos criativos que diferenciam e qualificam Évora no contexto nacional e internacional. Apostar nos nexos arte-cultura e ciência-tecnologia como instrumentos de desenvolvimento económico e territorial e de criação de emprego;</p> <p>3. <b>Évora Solidária:</b> Construção de uma cidade coesa, combatendo as injustiças sociais e desenvolvendo uma forte componente de respostas sociais de carácter público, fornecendo a todos os jovens iguais oportunidades para perseguir os seus sonhos e o direito a serem felizes.</p> <p>4. <b>Évora Sustentável:</b> Promover um ordenamento do território adequado, um urbanismo de qualidade e a preservação para a fruição do património natural, procurando que esta ação sobre o território, em paralelo com a melhoria da mobilidade, da eficiência energética, da gestão dos recursos naturais e a promoção da atividade física, concorra para a adoção de “estilos de vida” mais saudáveis.</p>
	Plano Local de Proteção de Crianças e Jovens 2022-2026	<p>Com a finalidade de promover os Direitos e garantir a proteção, este plano está organizado em 3 eixos de intervenção:</p> <p>Eixo 1 – Acompanhamento de crianças, jovens e famílias;</p> <p>Eixo 2 – Colaboração Inter-Institucional;</p> <p>Eixo 3 – Intervenção noutras problemáticas (saúde, migração, saúde mental, delinquência)</p>
Cultura	Évora – Capital Europeia da Cultura	<p>Reconhecendo a cultura que existe no Alentejo e os desafios que a Europa enfrenta, Évora_27 baseia-se no modo cultural de ser e de estar alentejano: o VAGAR. VAGAR entendido como a consciência plena de que nós enquanto humanos estamos sempre em relação com tudo o que nos rodeia. Desta forma serão dinamizados vários projetos e ações que criam uma estreita relação da cultura e da arte com as diferentes áreas da vida dos indivíduos e destes em sociedade.</p>

## 5.1. Eixos estratégicos de intervenção social

O Plano estratégico de intervenção social do concelho de Évora (2024-2027) está estruturado em **quatro eixos estratégicos** de intervenção que refletem as prioridades identificadas no Diagnóstico Social 2022, bem como um eixo transversal: Qualidade de vida, o qual não decorrendo diretamente das prioridades identificadas anteriormente, mas concorre para os outros eixos de uma forma transversal.

Cada um dos eixos estratégicos traduz a finalidade, as estratégias e respetivos objetivos, bem como as medidas/ações prioritárias a desenvolver e as entidades responsáveis.



### 5.1.1 Eixo 1 – Fixação da população

Como já foi anteriormente referido neste Plano, o Eixo da Fixação da População é um Eixo considerado central para os desafios do território do concelho de Évora. Este território tem em si potencialidades endógenas de atratividade das quais deve tirar proveito, combatendo assim o estigma do envelhecimento e desertificação dos territórios do interior.

A materialização da intervenção com vista à fixação da população no concelho de Évora, proposta neste PDS, centrou-se assim nas seguintes áreas:

1. O acesso à habitação;
2. A atividade económica e dinâmica do mercado de trabalho;
3. A mobilidade de pessoas e bens e as acessibilidades.

No que diz respeito à **habitação**, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030, definem o "acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível" como meta para 2030, sendo também neste sentido que as medidas a implementar no âmbito do PDS apontam. Também o art.65º da Constituição da República Portuguesa, consagra o direito à habitação como um direito fundamental.

A Lei de Bases da Habitação, em vigor desde 2019, veio reforçar a abrangência deste direito, acrescentando que "Todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde".

Assim, seguindo o enquadramento nacional e a intervenção da autarquia nesta área, que tem em curso a implementação da Estratégia Local de Habitação de Évora 2020/2026 e do Plano Local de Habitação de Évora (2020-2026), o PDS aponta como finalidade na área da habitação: **Promover o acesso à habitação condigna para toda a população.**

Com vista ao aumento do acesso generalizado à habitação, propõe-se o cumprimento da Estratégia Local de Habitação de Évora nos **seguintes objetivos**:

- Cumprir os objetivos de promoção de uma política de reabilitação urbana (edifícios públicos e privados) inscritos na Estratégia Local de Habitação;
- Aumentar o número de fogos disponíveis para habitação, promovendo a construção a custos controlados e arrendamento apoiado;
- Soluções habitacionais para grupos populacionais específicos, como vítimas de violência doméstica, população em condições de vulnerabilidade económica e social e pessoas sem abrigo.

Ainda dentro dos grupos específicos, mas por diferentes razões, que não a sua condição de vulnerabilidade, se prevê o levantamento das necessidades de habitação para estudantes universitários, com vista a facilitar a integração desta importante fatia da população na cidade de Évora.

Para fixar a população no concelho de Évora, o outro pilar similar ao da habitação é do **emprego**. Nesta área, o PDS propõe-se: **Aumentar o potencial de empregabilidade da população** do concelho de Évora.

Tirando partido das potencialidades, quer do tecido empresarial, quer dos agentes de ensino superior e profissional, o desafio é a conjugação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho.

Assim, o PDS propõe os seguintes objetivos:

- Capacitar a população, nomeadamente mais jovem, de conhecimentos e competências específicas e especializadas que respondam às necessidades do mercado de trabalho;
- Aumentar o nível de formação dos trabalhadores e a sua qualificação ao longo da vida;
- Contribuir para o aumento da empregabilidade de grupos mais vulneráveis (desempregados de longa duração, pessoas com deficiência e incapacidade, minorias étnicas, e migrantes).
- Implementados através da articulação entre as instituições de ensino e formação do território e as entidades empregadoras para maior adequação entre as necessidades do mercado de trabalho e a formação da população.

A **mobilidade e acessibilidades** completa este Eixo de Fixação da População, pois é com este fator o território se torna acessível a toda a população e se retira dele, como um todo, o máximo de potencialidade.

Évora tem em vigor, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora (2022), como instrumento de atuação e sensibilização, que pretende fomentar a articulação entre as diferentes plataformas de deslocação e os diferentes modos de transporte. Com ele, pretende-se a implementação de um sistema integrado de mobilidade de uma forma racional, com o mínimo custo de investimento e de exploração.

Assim, e no que respeita à Mobilidade e Acessibilidades, o PDS tem como finalidade: **Melhorar as condições gerais de mobilidade e acessibilidade no concelho de Évora**, através da implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora, definindo os seguintes objetivos:

- Melhorar a mobilidade urbana, tornando a cidade acessível a todos/as;
- Promover uma cultura de maior racionalidade na utilização de transportes particulares.

### 5.1.2 Eixo 2 – Crianças e Jovens

O Eixo 2 do presente PDS decorre diretamente de uma das áreas prioritárias definidas em sede do diagnóstico social 2022 e centra-se na intervenção com o grupo das crianças e jovens.

O Diagnóstico Social 2022 dá conta das alterações que a realidade social, familiar e territorial tem sofrido, com impacto nas necessidades e problemas sentidos pelas crianças e jovens do concelho, já mencionados na síntese diagnóstica. Neste sentido, e embora existam recursos a nível concelhio que se constituem como oportunidades de intervenção, estes carecem de um maior ajustamento às necessidades atuais de crianças/jovens e suas famílias.

A intervenção em matéria de infância e juventude surge necessariamente interligada com a promoção dos Direitos da Criança. Nesse sentido, algumas ações propostas neste eixo encontram alinhamento com a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024<sup>1</sup>, operacionalizada através do Plano Nacional Plurianual<sup>2</sup>, e a qual assenta em cinco grandes prioridades:

1. Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens;
2. Apoiar as famílias e a parentalidade;
3. Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens;
4. Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens;
5. Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens.

Desta forma, a estratégia definida no PDS pretende refletir o planeamento e (re)organização dos serviços e respostas de apoio dirigidos a este grupo-alvo. Para o efeito foram definidos objetivos e

---

<sup>1</sup> Aprovada pelo governo a 27/11/2020, e que se encontra em fase de consulta pública (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-aprova-a-estrategia-nacional-para-os-direitos-da-crianca>)

<sup>2</sup> Plano Nacional Plurianual 2019 e 2020. Aceder em: ([file:///C:/Users/ana\\_i/Downloads/Estrat%C3%A9gia\\_Nacional\\_Direitos-Crian%C3%A7a\\_2019-2022%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ana_i/Downloads/Estrat%C3%A9gia_Nacional_Direitos-Crian%C3%A7a_2019-2022%20(1).pdf))

ações orientados com a finalidade de **Prevenir e combater situações de risco e/ou perigo de crianças e jovens**, não perdendo de vista a rentabilização e ampliação dos recursos já existentes.

Nesta linha, pretende-se incidir em ações que permitam:

- Promover os direitos das Crianças e Jovens, bem como as suas competências pessoais, sociais e emocionais, através da sua participação ativa, com vista ao seu bem-estar bio-psico-emocional;
- Promover uma parentalidade positiva junto dos Pais e encarregados de educação com acesso vista à melhoria das competências parentais;
- Dotar os técnicos e profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude de conhecimentos e instrumentos, no âmbito da prevenção de comportamentos de risco.

### 5.1.3. Eixo 3 – Saúde

O eixo 3 do PDS de Évora, identifica a área da saúde como de intervenção prioritária, o que decorre do Diagnóstico Social.

No Diagnóstico Social de Évora 2022 encontram-se identificadas 3 sub-áreas ao nível da Saúde:

1. Falta de respostas ao nível da saúde mental;
2. Comportamentos aditivos e dependências;
3. Insuficiente capacidade de respostas dos cuidados de saúde primários.

Nestas 3 áreas identificadas existem planos e programas nacionais, para os quais concorrem as ações definidas localmente, destes destacam-se:

- ▶ Plano Nacional de Saúde
- ▶ Programa Nacional para a Saúde Mental
- ▶ Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020

Assim o PDS pretende atuar por forma a **garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades da população**, bem como **promover a literacia em saúde**, atuando para isso a vários níveis:

- Aumentar o conhecimento das necessidades locais;
- Aumentar e melhorar os serviços existentes, bem como o acesso aos mesmos;
- Capacitar população e profissionais.

#### 5.1.4 Eixo 4 – Reforço e capacitação do 3.º Setor

Um Eixo fundamental para a boa execução de todos os outros é o Eixo 4, o qual aponta para um reforço e capacitação dos atores sociais que intervêm no território de Évora, concretamente do 3.º setor. Considerando-se este um fator determinante para uma atuação mais eficiente e eficaz de todos os atores da Rede Social de Évora.

Assim, nesta área, o PDS aponta como finalidade: **Melhorar a eficácia da Intervenção dos atores sociais do território**. Sob as seguintes formas:

- Alargando a intervenção social em áreas a descoberto ou com resposta insuficiente;
- Otimizando e potenciando o funcionamento da Rede Social de Évora;
- Capacitando o 3º setor para uma maior autonomia financeira, o que possibilitará uma maior autonomia na sua intervenção.
- Qualificar as respostas existentes.

O alargamento da intervenção social é materializado em dois caminhos, por um lado, a criação de respostas para áreas a descoberto na intervenção social, por outro lado no reforço as respostas já existentes, alargando a sua capacidade em termos de vagas e/ou público abrangido, o que pressupõe a requalificação/alargamento do edificado.

A otimização do funcionamento da Rede Social é aqui vista como uma oportunidade do CLASE efetuar uma reflexão e avaliação crítica da sua forma de organização e comunicação, de forma a tomar decisões futuras de melhoria da sua intervenção, enquanto rede de intervenção social local.

Assim, propõe-se: qualificar a intervenção dos parceiros da Rede; reforçar o trabalho em rede através de melhoria da comunicação dentro da Rede e com o público; monitorizar e avaliar a intervenção da Rede Social e partilha de recursos e boas práticas na intervenção social.

A maior autonomia financeira das entidades locais de 3.º setor é vista aqui como um caminho para que estas possam ter uma maior autonomia na sua intervenção, libertando-se das respostas padronizadas, financiadas pelos acordos com a Segurança Social.

O PDS desafia assim estas entidades a procurarem refletir e procurar soluções alternativas de sustentabilidade: criando de uma estrutura de apoio às candidaturas a apoios estatais; promovendo a de boas práticas e formação interpares; fazendo o levantamento e partilha de

informação de formas de financiamento das instituições do 3.º setor estudando e ensaiando formas de sustentabilidade alternativas aos acordos tradicionais com a Segurança Social.

#### 5.1.5 Eixo Transversal – Qualidade de Vida

O último Eixo pretende desenvolver uma atuação ao nível da qualidade de vida global, enquadrando ações ao nível da conciliação da vida profissional e familiar, bem como no âmbito da cultura, combate ao isolamento e promoção da cidadania ativa. Estas ações podendo não decorrer diretamente de uma das áreas prioritárias definidas em Diagnóstico Social irá influenciar e resultar de várias delas, nomeadamente: fixação da população, infância, juventude, assim como, reforço e capacitação do terceiro setor.

Neste domínio, e estando alinhado a medidas nacionais como a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030, pretende-se atuar para garantir condições para uma efetiva conciliação da vida profissional e familiar desenvolvendo uma atuação quer ao nível das respostas existentes para crianças e jovens, quer ao nível das entidades empregadoras e políticas municipais. Não menos importante, tem grande influência neste eixo, as ações decorrentes de Évora – capital europeia da cultura, que tendo como pressuposto a influência deste acontecimento no desenvolvimento individual e coletivo da comunidade, irá com certeza influenciar positivamente a qualidade de vida dos residentes no território.

Assim o PDS pretende desenvolver uma atuação ao nível da **qualidade de vida global**, desenvolvendo estratégias em 2 áreas distintas, procurando:

- Melhorar a resposta dos serviços de apoio às famílias, nomeadamente respostas para crianças e jovens;
- Criar medidas de apoio às famílias e de distinção de boas práticas nas entidades empregadoras;
- Promover a participação cívica nos vários segmentos de população existentes no território (diferentes idades, condições físicas e sociais, etnias e religiões)
- Valorizar o património (edificado, populacional e ambiental) existente no território.

## 5.2 Matrizes de planeamento

### Eixo 1 – Fixação da População – Habitação

**Finalidade:** Promover o acesso à habitação condigna para toda a população

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>3</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
1. Implementação da Estratégia Local de Habitação de Évora	1.1. Cumprir os objetivos de promoção de uma política de reabilitação urbana (edifícios públicos e privados) inscritos na Estratégia Local de Habitação	1.1.1 Reabilitar 135 fogos até 2026 (meta inscrita na Estratégia Local de Habitação de Évora)**	Habévora, E.M IHRU SCME	2026	Nº de fogos reabilitados
	1.2 Aumentar o número de fogos disponíveis para habitação promovendo a construção a custos controlados	1.2.1 Promover as candidaturas de proprietários(as) ao 1.º Direito	CME	2026	Nº de candidaturas
		1.2.2 Apoiar a construção com medidas de discriminação positiva em territórios de baixa densidade (autoconstrução; construção a custos controlados)	CME	2026	Nº de apoios concedidos para a construção de fogos
	1.3 Aumentar o número de fogos disponíveis construindo fogos para arrendamento apoiado.	1.3.1 Construção de 200 fogos a custos controlados até 2026 (meta inscrita na Estratégia Local de Habitação de Évora)**	CME IHRU	2026	Nº de fogos construídos
		1.3.2 Reabilitar 86 fogos para arrendamento apoiado (meta inscrita na Estratégia Local de Habitação de Évora)**	Habévora, E.M IRHU	2026	Nº de fogos reabilitados
	2. Criar soluções de habitação para grupos populacionais específicos	2.1 População mais vulnerável com resposta habitacional para acolhimento temporário	2.1.1 Centro de Alojamento Temporário e Apartamentos Partilhados**	CME; Habévora, E.M; SCME	2026-2027
2.2 Levantamento de necessidades de habitação para estudantes universitários		2.2.1 Elaborar candidatura a apoios governamentais para aumento dos fogos de habitação para estudantes universitários (as)**	Universidade de Évora	2026	Candidatura elaborada

<sup>3</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

\*\* Ações dependentes de financiamento externo

## Eixo 1 – Fixação da População – Mercado de Trabalho

**Finalidade:** Aumentar o potencial de empregabilidade da população

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>4</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
1. Articulação entre as instituições de ensino e formação do território e as entidades empregadoras para maior adequação entre as necessidades do mercado de trabalho e a formação da população	1.1. Capacitar a população, nomeadamente mais jovem, de conhecimentos e competências específicas e especializadas que respondam às necessidades do mercado de trabalho	1.1.1. Levantamento das competências necessárias do mercado de trabalho	IEFP Universidade de Évora	2024	Documento elaborado
		1.1.2. Aplicação de medidas/programas de incentivo à contratação	IEFP	2024 -2027	Nº de candidatos integrados
		1.1.3. Promover programas de formação avançada de acordo com as necessidades identificadas no território	IEFP Universidade de Évora	2024 -2027	Nº ações de formação N.º de formandos
	1.2. Aumentar o nível de formação dos trabalhadores e a sua qualificação ao longo da vida	1.2.1. Aplicar planos de formação adaptados às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses e competências de populações-alvo específicas	IEFP; ANJE; Associação Comercial; APPACDM; GIP (NERE); Universidade de Évora	2024 -2027	Nº de ações de formação N.º ações abrangidas
		1.3 Contribuir para o aumento da empregabilidade de grupos mais vulneráveis (desempregados de longa duração, pessoas com deficiência e incapacidade, minorias étnicas, e migrantes)	1.3.1. Promover ações de divulgação e sensibilização para a empregabilidade dirigidas a grupos populacionais específicos	IEFP; CME; GIP'S; INCORPORA (APPACDM e SCME)	2024 -2027
	1.3.2. Criar e aplicar um programa de competências para o trabalho dirigido a grupos vulneráveis		IEFP; CME; ISS; GIP'S; INCORPORA (APPACDM e SCME)	2024 -2027	Nº de ações realizadas Nº de pessoas abrangidas
	1.3.3. Promover programas de formação destinados à população migrante		IEFP; CME; INCORPORA (APPACDM e SCME) GIP'S	2024 -2027	Nº de ações realizadas Nº de pessoas abrangidas

<sup>4</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

## Eixo 1 – Fixação da População – Mobilidade e Acessibilidades

**Finalidade:** Melhorar as condições gerais de mobilidade e acessibilidade no concelho de Évora

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>5</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
1. Implementar do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora	1.1. Melhorar a mobilidade urbana, tornando a cidade acessível a todos/as	1.1.1. Atualizar um levantamento dos obstáculos à mobilidade, com vista a tornar o espaço público do centro histórico acessível a todas/os	PPA- CME	2024-2027	Execução do Plano de Promoção das acessibilidades
		1.1.2. Intervir ao nível do espaço público para acesso a edifícios públicos	CME	2024-2027	Nº de intervenções realizadas
		1.1.3. Fazer as obras necessárias de acesso ao Terminal Rodoviário a partir da Praça do Giraldo**	CME	2026	Projeto de intervenção no espaço público desde o terminal Rodoviário à praça do Giraldo; Candidatura ao PRR; Execução da obra
		1.1.4. Fazer as obras necessárias de ligação entre o Terminal Ferroviário e Centro Histórico	CME	2024-2025	Execução da obra.
	1.2. Promover uma cultura de maior racionalidade na utilização de transportes particulares	1.2.1. Aplicar medidas de promoção dos transportes públicos e da pedonalidade em torno dos estabelecimentos de educação e ensino	CME; Agrupamentos de escolas; PSP	2024-2027	Nº de estabelecimentos de educação e ensino com medidas implementadas

<sup>5</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

\*\* Ações dependentes de financiamento externo

## Eixo 2 – Crianças e Jovens

**Finalidade:** Prevenir e combater situações de risco e/ou perigo de crianças e jovens

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>6</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção concertada e multinível no âmbito da prevenção de situações de perigo através da criação de uma <i>task force</i> multidisciplinar e multinível	1.1. Promover os direitos das Crianças e Jovens, bem como as suas competências pessoais, sociais e emocionais, através da sua participação ativa, com vista ao seu bem-estar bio-psico-emocional;	1.1.1. Elaboração de um diagnóstico participativo com a identificação de problemáticas/ situações de risco existentes e expectativas/ necessidades sentidas pelas crianças e jovens no âmbito da prevenção do risco	CPCJE; Agrupamentos de escolas; EPRAL/ Fundação Salesianos/ IEFPP/ Associações de Pais / Centro Distrital de Évora/EMAT	2024	Documento produzido
		1.1.2. Realização de ações de sensibilização/ prevenção/ informação dirigidas a crianças e jovens no âmbito de temáticas para a prevenção de comportamentos de risco e/ou perigo	CPCJE; APF; PSP; GNR; IPDJ; Agrupamentos de escolas; Associações de Pais; EPRAL; Fundação Salesianos; IEFPP; CRI	2024-2027	Nº de ações realizadas; Nº de participantes
		1.1.3. Implementação de programas de competências junto de crianças e jovens em risco**	CPCJE; APF; PSP; GNR; IPDJ; Agrupamentos de escolas; Associações de Pais; EPRAL; Fundação Salesianos; IEFPP; CRI	2024 -2027	Nº de programas implementados
		1.1.4. Implementação do projeto Orquestra Geração, em Évora**	CPCJE; UE; Agrupamentos de escolas; DGESTE	2024	Criação da Orquestra Geração Nº de crianças e jovens participantes
		1.1.5. Criação de espaço adequado à multiplicidade de expressões artístico-culturais com implementação de programas diversificados por faixa etária (2-18 anos) no âmbito de ocupação de tempos livres, de forma continuada ao longo do ano civil**	CME; Associações Culturais, Artísticas, Sociais e Desportivas do Concelho	2024-2027	Nº de programas criados; Nº de participantes por programa

<sup>6</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

\*\* Ações dependentes de financiamento externo

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>6</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
	1.2. Promover uma parentalidade positiva junto dos Pais e encarregados de educação com acesso vista à melhoria das competências parentais	1.2.1. Ações de sensibilização/ prevenção/ informação dirigidas a pais/ enc. de educação/ cuidadores de crianças por quem detenha as responsabilidades parentais, no âmbito de temáticas para a prevenção de comportamentos de risco e/ou perigo	CPCJE; Agrupamentos de escolas; EPRAL/ Fundação Salesianos/ Associações de Pais; CRI	2024-2027	Nº de ações; Nº de participantes
		1.2.2. Implementação de programas de competências parentais dirigidos a famílias	CPCJE; CME; FEA/ IPSS/ Associações de Pais / UCC	2024-2027	Nº de programas implementados; Nº de participantes
	1.3. Dotar os técnicos e profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude de conhecimentos e instrumentos, no âmbito da prevenção de comportamentos de risco	1.3.1. Ações de sensibilização/ prevenção/ informação dirigidas a profissionais de saúde (Médicos, Enfermeiros e outros Técnicos de Saúde)	CPCJE; CME; ACES	2024-2027	Nº de ações realizadas; Nº de participantes
		1.3.2. Realizar formação para profissionais da área da Educação (Pessoal Docente e Não-Docente)	CPCJE; IEFP; Sindicato dos professores da zona Sul; U.E; Agrupamentos de escolas; EPRAL/ Fundação Salesianos	2024-2027	Nº de ações realizadas; Nº de participantes

### Eixo 3 – Saúde

**Finalidade:** Garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades da população

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>7</sup>	Calendarização	Indicadores de execução	
1. Facilitar e reforçar o acesso a serviços de saúde de qualidade e adequados às necessidades da população	1.3 Aumentar o conhecimento das necessidades reais dos utentes do território, nomeadamente os mais vulneráveis	1.1.1 Elaborar/atualizar um diagnóstico territorial de acordo com as áreas mais vulneráveis definidas (saúde mental, saúde sexual)	CRI UCC / USP (Diagnóstico situacional-PLS final ano de 2023) CAD Universidade de Évora	2024	Diagnostico elaborado/atualizado e divulgado	
	1.3 Aumentar e melhorar a diversidade e a oferta de serviços disponíveis	1.2.1 Criação de respostas para intervenção e acompanhamento, nomeadamente ao nível da saúde mental (ex.: equipas comunitárias, respostas de reabilitação psicossocial, núcleos de intervenção prioritária)**	FundaMental (APPACDM) DPSM (Plano regional de SM)	2025 -2027	Nº de respostas criadas para a saúde mental Nº de pessoas abrangidas	
		1.2.2 Melhorar a capacidade para a atuação ao nível da reabilitação e inserção de pessoas com doença mental e/ou Comportamentos Aditivos e Dependências	CRI FundaMental APPACDM UCC	2024 -2027	Nº de pessoas capacitadas	
	1.3 Aumentar e melhorar o acesso e a acessibilidade aos serviços de saúde	1.3.1 Ampliar e melhorar a rede de instalações e equipamentos de saúde**	1.3.1 Ampliar e melhorar a rede de instalações e equipamentos de saúde**	CME ARSA SCME	2024 -2027	Nº de novos equipamentos Nº de equipamentos com melhorias realizadas
			1.3.2 Manter as unidades móveis existentes	IPDJ (programa Cuida-TE) / CRI / IPDJ /APF / ACES AC	2024 -2027	Unidade móvel em funcionamento Nº ações desenvolvidas
			1.3.3 Implementar uma unidade móvel de intervenção psico-social e saúde***	CME CRI ACES AC	2024-2027	Unidade móvel em funcionamento

<sup>7</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

\*\* Ações dependentes de financiamento externo

\*\*\* Ações dependentes de abertura de candidatura

### Eixo 3 – Saúde

#### Finalidade: Promover a literacia em saúde na população

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>8</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
2. Garantir uma ação concertada entre os atores locais, potenciando recursos e fatores promotores de saúde, abrangendo a população do território de acordo com as suas especificidades (idade, proveniência, fatores de risco, etc.)	2.1. População do território com um aumento de conhecimentos que promovam uma mudança de atitudes e comportamentos no âmbito da saúde	2.1.1. Implementação de um Programa de Literacia em Saúde para toda a população (respeitando as especificidades de grupos populacionais – crianças e jovens, idosos, migrantes, comunidade cigana, comunidade académica, pessoas em situação de sem abrigo, pessoas com comportamentos aditivos e dependências, entre outros)	NPISA NLI/RSI Projetos saúde escolar (UCC) CRI Universidade de Évora CME	2024 -2027	Programa implementado Nº de ações implementadas
		2.1.2. Implementação de ações para a promoção e incentivo de estilos de vida saudáveis, em domínios como o exercício físico, alimentação saudável, saúde mental em contexto laboral, entre outros	Dias comemorativos (UCC) SM Perimental (HESE) CME	2024 -2027	Nº de ações realizadas Nº de pessoas abrangidas
	2.2. Aumentar a qualificação e capacitação de profissionais, organizações e cuidadores	2.2.1 Promover a qualificação e capacitação de profissionais, nomeadamente os que intervêm com grupos específicos e que atuam ao nível da prevenção e/ou cuidado	Formação SAD (UCC) CRI	2024 -2027	Nº de profissionais capacitados
		2.2.2 Garantir o apoio e capacitação de cuidadores informais	Associação Nacional de Cuidadores Informais; Cantinho do Cuidador (UCC), CME; ISS	2024 -2027	Nº de cuidadores informais

<sup>8</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

## Eixo 4 – Reforço e Capacitação do 3.º setor

**Finalidade:** Melhorar a eficácia da Intervenção dos atores sociais do território

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>9</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
1. Alargar a intervenção em áreas a descoberto ou com resposta insuficiente	1.1 Criar respostas para áreas a descoberto na intervenção social	1.1.1. Abertura de Centro de Alojamento temporário e Apartamentos Partilhados, que apoie pessoas em situação de sem-abrigo, bem como famílias nómadas	SCME; ISS; CME; Habévora	2024 -2027	Centro de Alojamento Temporário e Apartamentos Partilhados em funcionamento
		1.1.2. Abertura de um CLAIM (acordo entre a autarquia o ACIDI - Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural)**	CME	2025 - 2027	CLAIM em funcionamento (sujeito a candidatura)
	1.2. Reforçar a capacidade das respostas sociais existentes	1.2.1. Articulação entre os atores locais para reforçar e refletir a intervenção a Unidade de Rede de Saúde Mental, promovendo ações de sensibilização/informação/prevenção ao nível da saúde mental nas áreas da prevenção e promoção	Unidade de Rede de Saúde Mental	2024 -2027	N.º de ações realizadas pelo Grupo Trabalho
		1.2.2. Candidaturas para alargamento de acordos nas entidades existentes consoante as necessidades levantadas (nomeadamente em ERPI)***	CLASE / NE / ISS	2024 -2027	N.º de candidaturas submetidas N.º de novas vagas/respostas existentes
		1.2.3. Manter serviços de apoio às famílias: lavandarias sociais; balneários sociais; refeitórios e cantinas sociais	ADBES; ISS; CVP, Caritas; CSP; SCME	2024 -2027	N.º serviços/n.º de utentes abrangidos

<sup>9</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

\*\* Ações dependentes de financiamento externo

\*\*\* Ações dependentes de abertura de candidatura

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>9</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
2. Otimizar e potenciar o funcionamento da Rede Social de Évora	2.1. Qualificar a intervenção dos parceiros da Rede Social	2.1.1. Levantamento das necessidades formativas das/os técnicas/os da rede social	NE / CLASE Universidade de Évora	2024	Documento com necessidades redigido
		2.1.2. Criar e implementar um programa de formação concelhio nas áreas identificadas	NE/CLASE Universidade de Évora	2024 -2027	Programa de formação implementado
		2.1.3. Criar programas especiais para capacitar as organizações do terceiro setor de intervenção social	NE / CLASE Universidade de Évora / IEFP	2024 -2027	N.º de programas implementados N.º de organizações capacitadas
		2.1.4. Formar mediadores culturais para intervir com grupos específicos	IEFP; Universidade de Évora; CIMAC; Associação Malvada	2024 -2027	N.º de mediadores formados
		2.1.5. Através do regulamento de apoio ao associativismo social e juvenil promover modelo de incentivo para ações desenvolvidas na implementação do PDS	CME CLASE	2024-2027	N.º de apoios concedidos N.º de Instituições apoiadas
	2.2. Reforçar o trabalho em rede através da melhoria da comunicação dentro da Rede e com o público	2.2.1. Melhorar plano de comunicação (interno e externo) adequado à realidade atual do trabalho em parcerias: com formas de trabalho híbrido	CME CLASE / NE	2024 -2027	N.º de medidas implementadas
	2.3. Monitorizar e avaliar a intervenção da Rede Social	2.3.1. Criar um mecanismo entre os parceiros do CLASE para monitorizar a implementação do PDS	NE / CLASE	2024 -2027	Mecanismo criado e implementado
		2.3.2. Avaliar o impacto do PDS e apresentar melhorias decorrentes dessa avaliação	CME (entidade externa a contratar)	2027	Relatório de avaliação externa discutido e aprovado

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>9</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
	2.4. Partilha de recursos e boas práticas na intervenção social	2.4.1. Promover bienalmente um encontro de parceiros com partilha de boas práticas e formação interpares	NE / CLASE / ISS	2024 -2027	Realização de encontros.
3. Capacitar o 3º setor para uma maior autonomia financeira	3.1. Melhorar a sustentabilidade dos atores de intervenção social do concelho	3.1.1. Criação de uma estrutura de apoio às candidaturas a apoios estatais	CLDS****	2024 -2027	Equipa de apoio criada
		3.1.2. Levantamento e partilha de informação de formas de financiamento das instituições do 3.º Sector	CLDS****	2024 -2027	Levantamento efetuado Nº de organizações com consulta do documento/plataforma

\*\*\*\* Dependente de abertura de CLDS e da mesma permitir o enquadramento destas medidas

## Eixo Transversal

**Finalidade:** Desenvolver uma atuação ao nível da qualidade de vida global

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>10</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção territorial concertada para a conciliação entre a vida familiar e profissional	1.1. Melhorar a resposta dos serviços de apoio às famílias, nomeadamente respostas para crianças e jovens	1.1.1. Levantamento das respostas existentes no território para crianças e jovens e sua divulgação (nomeadamente a partir dos 10 anos)	NE CPCJ	2025	Levantamento realizado
		1.1.2. Implementação de respostas de Ocupação de Tempos Livres/ oficinas para todas as crianças e jovens, independentemente da sua condição, garantindo respostas adequadas às suas reais necessidades	CME Rede Social ISS	2024-2027	N.º de novas respostas implementadas N.º de novas vagas
		1.1.3. Implementação do programa “Ser a Brincar” na interrupção letiva de Verão.	CME / Agrupamento de Escolas	2024-2027	N.º crianças abrangidas/sexo. N.º agregados familiares abrangidos
		1.1.4. Implementação do programa “Okupa-Te” nas pausas letivas.	CME / DJD	2024-2027	N.º crianças abrangidas/sexo. N.º agregados familiares abrangidos
	1.2. Promover medidas de combate ao risco de pobreza	1.2.1. Desenho e/ou identificação e divulgação de um conjunto de políticas de apoio às famílias, por parte da autarquia.	CME	2025-2027	N.º de novas políticas/ programas desenhados N.º de ações de divulgação efetuadas
		1.2.2. Monitorização e eventual reforço das respostas para as famílias do cartão do município solidário.	CME	2024-2025	Monitorizações efetuadas/ N.º de novas medidas ou medidas reforçadas

<sup>10</sup> As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLASE

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis <sup>10</sup>	Calendarização	Indicadores de execução
		1.2.3. Avaliação do serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) com vista à adequação às necessidades das famílias	CME/ NLI	2024-2027	Avaliações efetuadas/ N.º de novas medidas ou medidas reforçadas
	1.3 Conhecer as boas práticas no âmbito da conciliação da vida profissional e familiar existentes	1.3.1. Efetuar o levantamento e divulgação das boas práticas nível da conciliação da vida profissional e familiar em empresas do concelho	CME NERE ANJE	2025	Levantamento realizado Nº de acessos à informação recolhida
2. Potenciar a atuação de Évora Capital Europeia da Cultura_27 para a melhoria da qualidade de vida da população residente no território	2.1 Promover a participação cívica nos vários segmentos de população existentes no território (diferentes idades, condições físicas e sociais, etnias e religiões)	2.1.1. Implementar o projeto <i>A nossa Voz</i> no âmbito da Capital Europeia da cultura	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	18 agrupamentos escolares da região do Alentejo
		2.1.2. Implementar o projeto <i>Indisciplinando</i> no âmbito da Capital Europeia da cultura	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	100% das escolas 2º e 3º ciclo sediadas no Alentejo Central
		2.1.3. Implementar o projeto <i>Trilogia do Tempo</i>	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	Participação de 40 residentes no Alentejo com idades entre os 14 e os 80 anos
		2.1.4. Implementar o projeto <i>Geração 27</i> no âmbito da Capital Europeia da cultura	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	40 reuniões de trabalho entre 2024 e 2027
	2.2 Valorizar o património (edificado e populacional) existente no território	2.2.1 Implementar o projeto <i>Solidão</i> no âmbito da Capital Europeia da cultura	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	Participação de 6 residentes no Alentejo
		2.2.2 Implementar o projeto <i>Bibliotecas vivas</i> no âmbito da Capital Europeia da cultura	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	Criação de 6 Bibliotecas Vivas na região do Alentejo
		2.2.3 Implementar o projeto <i>Sob o céu da Malagueira</i> no âmbito da Capital Europeia da cultura	Equipa de Missão da Capital Europeia da Cultura	2024-2027	Envolvimento de 80% dos residentes no Bairro da Malagueira.

\*Indicadores a serem definidos no âmbito de cada projeto

### 5.3 Oportunidades e desafios à implementação do PDS

Qualquer PDS insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às necessidades específicas das populações e dos territórios, e como tal, deve ter em linha de conta as oportunidades e desafios/constrangimentos que poderão surgir no seu processo de implementação.

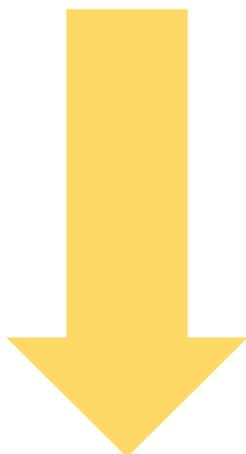
Nesse sentido, no âmbito dos *workshops* realizados com os atores locais foram identificados alguns aspetos a ter em consideração:

#### Oportunidades:



- Possibilidade de desenvolver uma ação concertada e integrada no âmbito do desenvolvimento social no concelho de Évora;
- Planeamento integrado, tendo em conta todas as dimensões dos problemas identificados em diagnóstico;
- Reforço das redes de parceria existentes e estabelecimento de novas parcerias relevantes;
- Potenciar e ampliar a intervenção já realizada pelas instituições a nível local;
- Planeamento estratégico já existente em alguns domínios de atuação prioritária, podendo o PDS reforçar a sua divulgação e implementação através das parcerias estabelecidas e reforçadas;
- Possibilidade de alargamento/qualificação de respostas já existentes.

#### Desafios:



- Existência de processos demasiado burocratizados que podem interferir com a implementação de ações em tempo útil;
- Comprometimento com o PDS e a possível resistência à mudança por parte das entidades (públicas e privadas);
- Ter recursos eficientes e suficientes para garantir atempadamente a resposta a linhas de financiamento e apoio;
- Disponibilização de recursos por parte das entidades (humanos e financeiros);
- Legislação nem sempre alinhada com as necessidades locais;
- Questões de poder e protagonismo que prejudiquem a ação concertada.

## 6. Implementação e Avaliação do PDS

### 6.1. Implementação do PDS do Concelho de Évora

O presente PDS resulta de uma definição conjunta de eixos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, refletindo assim uma visão integrada e perspetivando uma intervenção concertada no âmbito da intervenção social no concelho de Évora.

Ao definir como estratégia transversal o reforço da intervenção em rede no concelho, o PDS 2024-2027 visa promover e fortalecer a participação e articulação colaborativa entre parceiros na concretização das ações propostas neste documento. Desta forma, considera-se que será possível garantir uma maior eficiência, eficácia e adequabilidade do PDS à realidade concelhia, refletindo-se em respostas sociais no território de maior qualidade.

Nesta perspetiva, o PDS pretende servir de *“enquadramento e orientação a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação) ou fora dele, procurando vincular as iniciativas de todos os atores relevantes no desenvolvimento social do concelho”*<sup>11</sup>. Com este fim, torna-se imperativo a elaboração de **planos de ação** por cada eixo estratégico enquanto etapa chave para a operacionalização do PDS, através da implementação de programas, projetos e/ou ações (já existentes ou a criar), de âmbito mais restrito, sempre em linha com as grandes estratégias e objetivos definidos no presente documento.

Nesta senda, a não definição de prioridades nas ações propostas é um convite ao planeamento negociado com os parceiros envolvidos e à tomada de decisão partilhada entre parceiros no que diz respeito à implementação das mesmas.

Um plano de ação deve contemplar<sup>12</sup>:

- ▶ Definição de atividades e tarefas;
- ▶ Identificação de atribuições de cada entidade envolvida e das pessoas responsáveis em cada entidade pela execução das tarefas;
- ▶ Identificação geográfica das atividades (territórios);
- ▶ Definição de calendário associado às atividades definidas;
- ▶ Definição dos recursos que são necessários mobilizar e dos métodos de atuar.

---

<sup>11</sup> Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social

<sup>12</sup> Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social

Ainda no âmbito do planeamento estratégico, é fundamental prever, enquanto etapas do planeamento, a **monitorização** dos referidos planos de ação, assim como a **avaliação** da implementação do PDS, num processo que se pretende dinâmico.

**Figura 2** – Etapas do Planeamento Estratégico



**Fonte:** Elaboração própria

### 6.1.1. Recomendações para a implementação

Como já referido o reforço da intervenção em rede constitui-se como fator essencial para a implementação do plano que se apresenta. Neste sentido, e tendo em vista o desenvolvimento de uma intervenção social mais eficaz, é fundamental dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, através do fortalecimento da articulação e comunicação entre as entidades parceiras e os diferentes atores sociais.

Nesta medida, recomenda-se a implementação de estratégias capazes de potenciar e facilitar a articulação em rede, tais como:

- ➔ Mapeamento atualizado das respostas, programas e projetos existentes no concelho, por cada eixo estratégico, com a identificação das entidades envolvidas no seu desenvolvimento;
- ➔ Definição de metas realistas, negociadas e partilhadas por todos os atores, com definição dos responsáveis por cada ação e os mecanismos a utilizar para reporte, no âmbito dos planos de ação a elaborar;
- ➔ Definição de um plano de comunicação transversal ao PDS, com ações concretas, que acompanhe todo o processo de implementação e permita dar visibilidade aos resultados alcançados;
- ➔ Implementação de um sistema de informação partilhado (ex.: plataforma digital interinstitucional), que permita o reporte das ações realizadas e a partilha de outra informação relevante para a implementação do PDS (ex.: candidaturas, fontes de financiamento, boas práticas);
- ➔ Dinamização de momentos de reflexão em grupo (alargado e/ou restritos) ao longo do processo, formação e intervenção por área temática;
- ➔ Disponibilização de formação aos técnicos das instituições parceiras da Rede em áreas/temas relevantes constantes nos vários eixos estratégicos do PDS, de forma a permitir a clarificação de conceitos e a partilha de metodologias, técnicas e de instrumentos relevantes;
- ➔ Organizar os grupos de trabalho em função das responsabilidades definidas nos eixos estratégicos do PDS.

## 6.2 Avaliação do PDS do Concelho de Évora

A avaliação deve permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, a partir da aferição da adequabilidade dos objetivos definidos e da perceção dos reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando reajustes/reformulações das ações propostas que conduzam a uma maior adequação à realidade.

É desde aqui que se propõe a implementação de um **sistema de monitorização e avaliação do PDS 2024-2027**, que deverá ser contínuo e transversal a todo o processo e organizado em torno de dois eixos:

**a) Monitorização**, onde deverão ser utilizados indicadores de dimensão operacional e estratégica (indicadores de execução constantes nas matrizes de planeamento). A monitorização que resulta da comparação entre o planeado e o efetivamente executado permitirá assegurar um acompanhamento contínuo da implementação, devendo, por isso ser realizada de forma mais regular, com periodicidade a ser definida pelo CLAS;

**b) Avaliação**, que deverá contemplar a utilização de indicadores de impacto que permitam aferir as mudanças decorrentes da implementação do PDS junto dos públicos-alvo, através da definição de critérios e de questões de avaliação.

Desta forma, é necessária a definição de critérios de avaliação, que irão orientar a reflexão crítica da implementação do PDS, aos quais devem estar associadas questões de avaliação e indicadores, fontes de informação e instrumentos de recolha, bem como os responsáveis pela mesma.

Não obstante o facto de caber ao CLAS a definição de todas estas dimensões, apresentamos de seguida uma possível proposta de matriz de avaliação, organizado por alguns critérios considerados como particularmente importantes nas avaliações de intervenções para o desenvolvimento<sup>13</sup>, a saber:

- ▶ **Relevância e Coerência**: avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas, em sede de diagnóstico. Foca a avaliação da coerência e adequação entre objetivos, ações e resultados/metasp previstas.

---

<sup>13</sup> Com base nos critérios de avaliação da OECD (OECD, Evaluating Development Cooperation, 2nd Edition, p. 13-14).

- ▶ **Eficiência:** centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados.
- ▶ **Eficácia:** avalia a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDS, ou seja, em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados.
- ▶ **Impacto:** centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não.
- ▶ **Sustentabilidade:** avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

**Quadro 1 – Resumo de matriz de avaliação**

Critério de avaliação	Questões de avaliação	Indicador(es)	Fontes
<b>Relevância e Coerência</b>	A estratégia de intervenção (incluindo finalidades, objetivos e respetivas ações) é relevante face às necessidades diagnosticadas em diagnóstico?	Coerência entre finalidades/ objetivos/ ações e problemas/necessidades identificadas	Relatórios de atividade Dados de monitorização
	As ações implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos?	Coerência entre as ações e os resultados a alcançar e as mudanças previstas nos objetivos	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção)
<b>Eficiência</b>	Os resultados produzidos com a implementação do PDS, implicaram um investimento adequado e razoável de recursos?	Adequação entre recursos financeiros utilizados e objetivos/resultados alcançados	Registos do PDS (recursos implicados por ação)
<b>Eficácia</b>	Os objetivos e resultados previstos foram alcançados?	Taxa de concretização dos objetivos e resultados definidos	Registos das metas previstas (indicadores de execução)
<b>Impacto</b>	A implementação do PDS permitiu responder às necessidades dos públicos e territórios previstos?	Distribuição dos resultados alcançados por públicos, territórios e entidades	Registo dos resultados alcançados Taxa de concretização de objetivos estratégicos
	A implementação do PDS gerou impactos de longo prazo nos públicos, entidades e territórios previstos?	Evidência de mudanças produzidas para além das diretamente garantidas pelas ações do PDS (verificação de concretização dos objetivos estratégicos)	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção)

			População abrangida pelas ações desenvolvidas (perceção)
<b>Sustentabilidade</b>	As respostas/projetos/ações criados, no âmbito da implementação do PDS, têm condições para se manterem após 2025?	Existência de contratualização a médio/ longo prazo das respostas criadas	Contratos das respostas criadas

### 6.2.1 Recomendações para a avaliação

Tendo em vista um sistema de monitorização e avaliação partilhado, recomenda-se a conceção e implementação de estratégias facilitadores do processo:

- ➔ Diversidade na natureza da informação, prevendo a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos;
- ➔ Adoção de uma abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos, instrumentos e estratégias de recolha de informação;
- ➔ Utilização de metodologias participativas como princípio fundamental na recolha de informação, assegurando que todos os atores implicados são envolvidos;
- ➔ Manutenção de um processo de avaliação contínuo, contemplando momentos de *feedback* que permitam uma reflexão *ongoing* acerca da implementação e a redefinição dos indicadores de avaliação se for caso disso;
- ➔ Realização de relatórios intermédios, que conduzam a pistas para o reforço ou atualização dos planos de ação.

## 7 Referências Bibliográficas e sites consultados

Diário da República nº245/20, 1ªSérie, Resolução Conselho de Ministros nº112/2020 de 2020-12-18;

Diário da República nº251/21, Série 1 de 2021-12-29;

Diário da República n.º 168, Série I, de 3 de setembro de 2019; “Lei 83/2019: Lei de Bases da Habitação”;

Câmara Municipal de Évora, Carta Educativa do Concelho de Évora 2023 – 2033;

Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional 2005);

Lopes, M.; & Ferreira, V. (Coord.); Monteiro, R.; Saleiro, S.; Múrias, C. (2016). Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género no Urbanismo, Habitação e Ambiente. Coimbra: CES.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025 (ENIPD). Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>;

Núcleo da Rede Social (2002). Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social;

Schiefer, U. et al. (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos. São João do Estoril: Principia.

**Sites consultados:**

<https://www.cm-evora.pt/>

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

[http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas\\_deficiencia\\_conv\\_encao\\_sobre\\_direitos\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_conv_encao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf)

[https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc\\_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2)

[https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM\\_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195)

<https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>

<https://www.enipssa.pt/enipssa>

[https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/12/Resol\\_Cons\\_Ministros\\_61\\_2018.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/12/Resol_Cons_Ministros_61_2018.pdf)

<http://www.arsalentejo.min-saude.pt/>